

# Marx, Proudhon e Darimon: diálogos sobre o dinheiro

ROBERVAL DE JESUS LEONE DOS SANTOS\*

## Os escritos de Marx sobre a mercadoria e o dinheiro

A análise científica da mercadoria e, pois, do dinheiro, formulada por Marx, está desenvolvida em três escritos diferentes, mas que têm entre si uma ligação genética. O primeiro deles, geralmente conhecido como *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf) 1857-1858*<sup>1</sup>, é o apontamento – intencionalmente não-publicado pelo autor<sup>2</sup> – dos estudos econômicos empreendi-

---

\* Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: roberval.santos@planejamento.gov.br

<sup>1</sup> Karl Marx. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971. v. 3

<sup>2</sup> A respeito de considerar-se como sendo *obras de Marx* apenas aquelas que ele tornou públicas e que dava importância científica, comenta Raymond Aron ao escrever sobre o pensamento desse autor: “de minha parte, não buscarei uma interpretação supremamente inteligente de Marx. Não que não tenha um certo gosto por estas especulações sutis; creio, porém, que as idéias centrais de Marx são mais simples do que as que se pode encontrar na revista *Arguments* [trata-se de um exemplo de como cada um pode encontrar nos escritos de Marx, publicados ou não pelo autor, ‘somente o que pretende’], por exemplo, ou nas obras dedicadas aos escritos de juventude a que Marx dava tanta importância que os abandonou à crítica dos ratos [trata-se do comentário de Marx sobre a não publicação do texto *A ideologia alemã*: esse ‘manuscrito, dois grandes volumes *in-octavo*, estava havia muito no editor na Vestefália, quando soubemos que novas circunstâncias já não permitiam a sua impressão. De bom grado abandonamos o manuscrito à crítica corrosiva dos ratos, tanto mais que tínhamos atingido o nosso fim principal, que era enxergar claramente as nossas idéias’ (Karl Marx. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983. p. 27)]. Por isso, farei referência essencialmente aos textos que Marx publicou, e que sempre considerou como a principal manifestação de seu pensamento” (Raymond Aron. *As etapas do pensamento sociológico*. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1993. p. 132-135). Marx era sistemático em produzir verdadeiras obras que lhe serviam apenas de iluminação para suas próprias investigações ou de mediação para a construção de obras públicas. Procedeu assim tanto com *A ideologia alemã* quanto com *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf) 1857-1858*, para citar alguns exemplos.

dos desde novembro de 1850, elaborado entre outubro de 1857 e março de 1858<sup>3</sup>, contemplando dois tópicos: *El capítulo del dinero e Fragmento de la versión primitiva de la “Contribución a la crítica de la economía política”* (1858)<sup>4</sup>, nos quais são estabelecidas as linhas básicas de sua teoria sobre essas relações sociais. *Contribuição à crítica da economia política*<sup>5</sup>, o segundo escrito, publicado em 1859, é uma versão apurada e desenvolvida para o público da *versão primitiva* e que conserva praticamente todos os tópicos abordados no apontamento<sup>6</sup>.

Nesta época, Marx já visava um plano<sup>7</sup> da obra que daria o sentido final de suas considerações sobre a mercadoria e que consolidaria os pontos já investigados na obra de 1859, que é *O capital*, publicado em 1867. *O capital* reafirma ou resume assuntos já discutidos em *Contribuição à crítica da economia política*, e, também, aproveita os estudos contidos no esboço inicialmente citado, enfatizando menos, porém, a análise pura do dinheiro e de sua história<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> Sobre esse período da vida de Marx e os acontecimentos históricos que lhe foram contemporâneos, ver Franz Mehring. *Karl Marx*. Lisboa, Presença, [1974]. v. 2

<sup>4</sup> Marx, 1971.

<sup>5</sup> Marx, 1983.

<sup>6</sup> A *versão primitiva* não discorre sobre a mercadoria de uma forma explícita, como na versão que veio a público, restringindo-se com mais evidência aos assuntos dinheiro e capital.

<sup>7</sup> Em carta de 22 de fevereiro de 1858 escrita a Lassalle, divulga o plano de *O capital*, incluído no esboço, embora os tópicos dessa obra conhecidos por nós tenham sido modificados: “le tout est divisé en six livres: 1. Du Capital (contient quelques Vorchapters). 2. De la propriété foncière. 3. Du travail salarié. 4. De l’État. 5. Commerce international. 6. Marché mondial [em carta a Lassalle de 11 de março de 1958, o plano é novamente alterado: serão desenvolvidos exaustivamente os três primeiros pontos, mas os três seguintes serão abordados apenas em linhas gerais]. Je ne peux m’empêcher naturellement, de faire de temps en temps des allusions critiques à d’autres économistes, de polémiquer, par exemple avec Ricardo, dans la mesure où lui-même, *qua bourgeois*, est contraint de commettre des bévues même d’un point de vue strictement économique. Mais en gros, la critique et l’histoire de l’économie politique et du socialisme devraient faire l’objet d’un autre travail. Enfin, la brève esquisse historique du développement des catégories ou des conditions économiques, l’objet d’un troisième [trata-se, obviamente, do Livro IV de *O capital*, *Teorias da mais-valia*, publicado após a morte de Engels; grifos originais]” (Karl Marx; Friedrich Engels. *Lettres sur “Le capital”*. Paris, Sociales, 1964. p. 85-86 e 93-94). A decisão de não fazer de *O capital* uma continuidade dos tópicos de *Contribuição à crítica da economia política*, mas, sim, uma obra independente, e de alterar o plano inicial está justificada numa carta de 22 de dezembro de 1862 a Kugelmann (Idem, ibidem, p. 130).

<sup>8</sup> Escreve Marx a propósito: “entrego hoje ao público o primeiro volume da obra que continua meu livro, *Contribuição à crítica da economia política*, editado em 1859. (...) Está resumido no capítulo primeiro deste volume [mercadoria e dinheiro] o conteúdo da publicação anterior. Não tive em mira apenas a conexão e a inteireza exigidas pelos assuntos tratados. Melhorou-se a exposição. Tanto quanto o permitiam as circunstâncias, foram desenvolvidos aqui muitos pontos antes apenas mencio-

A polêmica entre Marx e Darimon e a crítica a Proudhon, que esse artigo aborda como ponto de partida para o estudo analítico, em uma publicação posterior, do dinheiro enquanto categoria inseparável do capitalismo, encontra-se em *El capítulo del dinero*, texto que, doravante, será a referência basilar<sup>9</sup>.

## Introdução

Antes de iniciar sua análise particular sobre os assuntos econômicos, parece típico de Marx, em lugar de dar aspecto de sistema às suas análises científicas, esforçar-se primeiro em evidenciar os equívocos de seus adversários para depois, ou ao mesmo tempo em que dialoga, ir expondo, às vezes desordenadamente e com algumas confusões ou falta de uniformidade terminológica, sua própria versão sobre os objetos de análise, o que é uma atitude compreensível, decorrente das dificuldades próprias de obras que não foram publicadas voluntariamente pelo autor.

A preocupação de Marx com a difusão das idéias de seus adversários talvez seja fácil de entender, pois é óbvio que uma teoria vulgar e superficial é mais adequada ao nosso primeiro entendimento das coisas do que uma teoria aprofundada e menos apressada em suas conclusões, ainda que um ou outro espírito seja menos receptivo às doutrinas excêntricas<sup>10</sup>.

No primeiro caso, a teoria pode estar a serviço da simplificação e do senso comum, características mediante as quais qualquer indivíduo obtém um primeiro entendimento sobre a realidade; muitos se servem dessa impostura para divulgar suas idéias, como fizeram tantos adversários de Marx, unindo o útil

---

nados; mas, por outro lado, apenas apontaram-se agora questões antes expostas pormenorizadamente. Foram, naturalmente, eliminadas as partes referentes à história da teoria do valor e do dinheiro. Todavia, o leitor do livro anterior encontrará nas notas do capítulo primeiro novas fontes relativas à história daquela teoria". (Karl Marx. *O capital*. 14ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994. L.1: O processo de produção do capital, p. 3 e 4).

<sup>9</sup> Karl Marx. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971. v. 1 (El capítulo del dinero).

<sup>10</sup> Essa atitude de Marx e de Engels sempre suscitou comentários maldosos, como o de José Arthur Giannotti: "conforme uma estratégia bem tramada, Marx e Engels sempre cuidaram de eleger os inimigos que servissem para ressaltar a peculiaridade de suas idéias e suas posições políticas". (José Arthur Giannotti. "Dialética futurista e outras demãos". *Novos Estudos*. São Paulo, jul. 2000. nº57, p. 59). José Arthur Giannotti finge não saber que – apenas para me limitar ao campo teórico, longe de ser um desafio pessoal – competia a Marx uma tarefa dupla, quase sobre-humana: primeiro, construir, praticamente sozinho, as bases de uma investigação que, ao consistir em esclarecer completa e rigorosamente um modo de produção, estava, em conseqüência, trazendo à tona a própria realidade humana em toda a sua complexidade ou, pelo menos, os instrumentos para a sua apreensão; segundo, combater todas as doutrinas que tentavam exatamente minar os resultados dessa investigação e que, em lugar de fazerem progredir a mentalidade dos sujeitos da história, a faziam sucumbir mais ainda à incompreensão dos fenômenos.

ao agradável. No segundo caso, ao invés, presa de um imperativo científico, a teoria possui necessariamente, desde o início, alguma complexidade, pois terá de estabelecer elementos estranhos ao entendimento comum, buscar na realidade a clareza não obtida na literatura antecedente, revisar equívocos iniciais e estabelecer princípios aos quais não poderá renunciar mais, daí ficarem afastadas a especulação, o oportunismo e a alternância de métodos, procedimento seguido por Marx desde sua tese de doutorado.

O texto em análise, no qual há, do ponto de vista seminal, as contribuições decisivas de Marx sobre o dinheiro e várias categorias que com este formam uma parte da totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista, e que somente em *O capital* terão a aplicação final e mais acabada, começa com dois ataques: uma polêmica com Darimon acerca do sistema de crédito (da circulação do capital) e do sistema monetário (da circulação simples) e uma crítica à teoria de Proudhon, ambas decorrentes de uma completa incompreensão por parte dos proudhonianos dos mecanismos de funcionamento do capitalismo e, conseqüentemente, das etapas históricas precedentes que culminaram com a consolidação desse modo de produção.

Se bem que a forma mais racional de expor a parte do pensamento de Marx contida nesse texto fosse deixar para o final os trechos com os quais ele começa o capítulo, isto é, a polêmica e a crítica, exatamente pelo fato de neles serem apresentados conceitos somente esclarecidos em trechos e em textos posteriores<sup>11</sup> – por exemplo, do ponto de vista científico, o que é dinheiro? o que é dinheiro de crédito? o que é circulação simples? quais as singularidades que distinguem os sistemas de crédito e monetário? o que é valor? o que é preço? etc. –, creio ser mais prudente manter-me fiel à seqüência original, pois a visão retrospectiva parece que foi sempre a preferida pelo autor e geralmente é eficaz para o entendimento, já que obriga a reflexão a voltar sempre até o ponto de partida; aliás, o maior exemplo está em *O capital*, em que Marx, em vez de partir dos fundamentos do sistema capitalista, partiu exatamente dos seus resultados<sup>12</sup>. Sempre que for conveniente, farei observações internas ou marginais que esclareçam pontos referentes às categorias abordadas por Marx, mesmo com o risco de tornar o escrito maçante.

A discussão unilateral de Marx data da segunda metade do século XIX, quando se disseminam três elementos importantes para a constituição do sis-

---

<sup>11</sup> Não apenas por Marx, mas por vários estudiosos.

<sup>12</sup> “Foi [*O capital*] o resultado de uma longa investigação, uma longa viagem de descobertas (...). Começamos com o que é na realidade uma conclusão [isto é, com o capítulo sobre a mercadoria e o dinheiro]” (Harvey apud Claus Magno Germer. “Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, jun. 1997. nº 1, p. 114).

tema de crédito (da circulação do capital): o dinheiro de crédito, na forma de documentos emitidos pelos bancos, o dinheiro e seu predomínio (metais como ouro e prata, aceitos como divisa internacional) e o banco central *lato sensu*<sup>13</sup>, onde o sistema de crédito tinha um dos seus pontos de passagem obrigatória, tal como resume Claus Germer: “os pagamentos internacionais em dinheiro, isto é, através do uso de materiais monetários, representados por diversos metais (principalmente ouro e prata), constituíam a prática comercial mais comum (...). Parece razoável admitir que um dos componentes indispensáveis à constituição do sistema monetário internacional, no fim do século passado, foi a constituição, nos principais países capitalistas, de sistemas bancários integrados, isto é, dotados de um banco central (Inglaterra e França) ou de uns poucos bancos exercendo as funções de emissão de dinheiro de crédito (inicialmente notas bancárias, posteriormente depósitos) e de gestão da reserva metálica de cada país, que são elementos indispensáveis à flexibilização e expansão do sistema internacional de pagamentos”<sup>14</sup>.

Parece insensato resgatar críticas ou polêmicas entre mortos que datam de quase 150 anos, se é melhor pensar que a própria realidade, com o passar do tempo, livre dos escritos do *métier*, sempre termina cuidando de sepultar as interpretações enviesadas das coisas<sup>15</sup>. Puro engano. Os seguidores de Proudhon e Darimon ou seus imitadores, marxistas ou não, sempre permanecerão leais ao pensamento equivocado, porque a divergência entre o que o regime capitalista é e o que ele aparenta ser é uma característica de sua própria essência concreta, não podendo ser abolida espiritualmente e, como escreveram os jovens Marx e Engels, sempre pesará sobre a consciência a “maldição de estar ‘contaminada’ pela matéria”<sup>16</sup>.

Com efeito, uma análise atenta da herança de Marx, da realidade social

---

<sup>13</sup> “O Banco da Inglaterra já era um verdadeiro banco central no início do século XIX e o Banco da França assumiu esse papel ainda na primeira metade do século” (Claus Magno Germer. *A geração dos elementos do ‘padrão ouro-câmbio’ antes da I Guerra Mundial e sua institucionalização no pós-guerra*. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/germer4.exe>>. Acesso em: 7/11/2000, p. 7).

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 3.

<sup>15</sup> Com efeito, darei um exemplo citando um texto atual: “(...) em oposição ao que afirmam muitos autores marxistas e não marxistas, procuramos acentuar que, para Marx, o *aspecto mais importante do dinheiro não consiste em ser uma mercadoria, mas pura forma imaterial do valor*”; “(...) na visão de Marx, a economia capitalista é uma *economia essencialmente monetária*, no sentido definido por Keynes”; o capitalismo é “*uma economia cuja finalidade intrínseca não reside apenas na geração de valor e de mais-valia, mas sim na sua necessária expressão monetária* (...) [grifos meus]” (Gentil Corazza. “Marx e Keynes sobre dinheiro e economia monetária”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, dez. 1998. nº 3, p. 45-46 e 55.

<sup>16</sup> Karl Marx e Friedrich Engels. *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1989. p. 43.

dos últimos duzentos anos e das discussões teóricas que tentam justamente ordenar e dar coerência à compreensão dessas coisas permite derivar pelo menos três justificativas para se voltar aos mortos a fim de reeducar nossas considerações: a primeira delas reside nas próprias elaborações originais de Marx sobre o dinheiro, cindidas em inúmeros textos, o que favorece interpretações várias, às vezes livres, leituras parciais e sínteses das mais diversas com teorias estranhas à sua, negando “a coesão interna que ela possui”<sup>17</sup> e colocando-lhe calços ou remendos, que desafiam sua conhecida auto-suficiência<sup>18</sup>.

A segunda justificativa tem ligação direta com a história, isto é, com o fato de que o compromisso com o nosso tempo não pode deixar de estar combinado com o “sentido do passado”<sup>19</sup>, em sua força elucidativa, mas não conservadora, daí o resgate dos mortos, prática, aliás, que vem sendo exemplarmente enterrada desde o final do século passado<sup>20</sup>; a terceira razão, finalmente, está na necessidade de desafiar o polêmico conceito de globalização, um dentre tantos, o qual se fundaria no predomínio do “capital especulativo e capital especulativo parasitário” ou na *hegemonia* de sua “imaterialidade” e no gradativo desaparecimento do dinheiro (metal) com sua *performance* original<sup>21</sup>, o que não tem nenhum amparo científico em confronto com as descobertas de Marx acerca da materialidade *em última instância* do dinheiro, fundamento do qual não pode a economia burguesa libertar-se, como se deduzirá mais adiante neste e nos próximos artigos que vierem a ser publicados.

Os comentários principais de Darimon referem-se, como se verá, às crises comerciais inglesas do início do século XIX e ao funcionamento do banco

---

<sup>17</sup> Germer, op. cit., 1997, p. 107.

<sup>18</sup> Cf. Antonio Gramsci. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

<sup>19</sup> “O sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiência mantém-se surpreendentemente importante, mesmo para aqueles mais concentrados na inovação e na crença de que a novidade é igual a melhoria” (Eric Hobsbawm. *Sobre história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 32).

<sup>20</sup> “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX” (Idem. *Era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. p. 13).

<sup>21</sup> “Sem dúvida, o ouro, ainda nos nossos dias, apesar de toda desmaterialização sofrida pelo equivalente geral, parece cumprir algum papel no que se refere a reserva internacional (em última instância) de valor e, portanto, cumpre ainda, até certo ponto, a função de *meio de pagamento final* (...). Porém, não há nada que nos garanta que não continuará, gradualmente, perdendo essa sua função, como efetivamente vem ocorrendo, até chegar um dia, salvo nas circunstâncias de crise financeira, a perdê-la completamente [grifos originais]” (Reinaldo A. Carcanholo “Precisões teóricas sobre o dinheiro e o capital especulativo parasitário”. In: *IV Encontro Nacional de Economia Política*. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/carcanholo2.exe>>. Acesso em: 7/11/2000, p. 13).

central francês no início da segunda metade do século XIX, e aqueles a respeito de Proudhon são resquícios de antigas disputas no interior do proletariado contra a perniciosa influência do mesmo com suas propostas de alteração da realidade mediante sua conservação. Tanto em um caso quanto no outro, o dinheiro é o único ente *sobrenatural* cuja sombra projeta-se ameaçando ambos os opositores de Marx.

### **A polêmica Marx versus Darimon**

O *leitmotiv* da polêmica entre Marx e Darimon identifica-se com uma constatação deste acerca das crises econômicas ocorridas desde o início do século XIX na Inglaterra e com os problemas junto ao *cash* do Banco Central Francês em torno de 1856, que se resume em dois trechos extraídos pelo próprio Marx da obra de Darimon<sup>22</sup>: “todo o mal provém da obstinação com que se mantém o *predomínio dos metais preciosos* na circulação e nas trocas [grifos meus]”<sup>23</sup> e “se é assim [isto é, dado que a moeda metálica não é uma mercadoria comum, mas uma mercadoria privilegiada], é *necessário atribuir não só a crise atual senão todas as crises comerciais periódicas a este privilégio do qual o ouro e a prata gozam*, isto é, o privilégio de serem os únicos autênticos instrumentos de circulação [grifos meus]”<sup>24</sup>. Entretanto, é possível dividir esse cipoal em pedaços curtos, todos oriundos das concepções de Darimon que Marx combate uma a uma mediante seu conhecido estilo.

### **Primeira parte da polêmica: as flutuações da carteira do banco central exprimem as necessidades de crédito, não as necessidades da circulação**

A importância dessa parte da polêmica reside no esforço de Marx em marcar a diferença entre necessidades de crédito e necessidades da circulação de dinheiro, as quais são confundidas por Darimon, que, preocupado com a sangria de metais preciosos do banco central, imaginava que a manipulação dos descontos sobre a carteira poderia controlar a circulação dos metais. A necessidade de crédito, que supõe relações entre credores e devedores, e entre proprietários de meios de produção e de força de trabalho e não-proprietários, está ligada à circulação do capital, na qual estão inseridos tanto o dinheiro *stricto sensu* quanto o dinheiro de crédito.

O dinheiro *stricto sensu* é a expressão genérica de valor, isto é, de determinada quantidade de trabalho social abstrato, por um lado e, por outro, meio

<sup>22</sup> Alfred Darimon. *De la réforme des banques*. Paris, 1856 (Marx, 1971. p. 37).

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 48.

de pagamento<sup>25</sup>, ao passo que o dinheiro de crédito são títulos comerciais, letras bancárias, enfim, documentos que representam dinheiro na circulação, mas que não têm as mesmas propriedades físicas e sociais do dinheiro, sendo meramente um meio circulante<sup>26</sup> e não uma medida geral do valor. Da circulação do capital participam o sistema bancário e o sistema de moeda, ao passo que a necessidade da circulação, a qual, neste caso, refere-se à sua forma simples, isto é, a mercadoria sendo trocada por dinheiro e este sendo trocado por mercadoria outra vez em um processo de autonomização do dinheiro, é dominada apenas pelo dinheiro propriamente dito (*stricto sensu*) ou metal precioso<sup>27</sup>, daí a análise desses fatos somente ser possível com a dissecação da circulação em sua realidade (Karl Marx, 1971, p. 38) e não simplesmente mediante um balanço contábil bancário, capaz de monitorar parcialmente apenas as necessidades de crédito, isto é, a demanda de crédito.

Darimon reduz a complexa circulação capitalista (D-M-D')<sup>28</sup> à circulação simples (M-D-M)<sup>29</sup>. Porém, já nesta época, havia começado a se desenvolver um sistema de crédito com base em um sistema bancário integrado à circulação metálica, constituída de ouro e prata como meio de pagamento padrão para os preços das mercadorias, em que o dinheiro de crédito já era uma realidade detectada por Marx e começava a substituir o dinheiro (metais) na circulação, mediando a troca das mercadorias em nome do dinheiro, pelo menos em nível nacional; os fluxos de dinheiro (metais), de mercadorias, de dinheiro de crédito etc. não são, portanto, estanques entre si, mas formam um todo, embora, originalmente, antes mesmo do surgimento do sistema capitalista, a circulação simples (metais preciosos) tenha sido a prática dominante. Como afirma Marx, “a quantidade de documentos descontados e suas flutuações expressa as necessidades do crédito, enquanto que a quantidade de dinheiro circulante está determinada por influências muito distintas” (Idem, *ibidem*, p. 37-38).

---

<sup>25</sup> Ocasionalmente o dinheiro, na época, ainda servia de meio de circulação, mas predominantemente se usava como meio de pagamento, sobretudo no intercâmbio internacional, embora com o passar dos anos tenha perdido esta função, exceto em última instância, quando todos os pagamentos em dinheiro de crédito se compensam.

<sup>26</sup> Predominantemente, meio de circulação, mas começava, com o passar do tempo, a servir, também, como meio de pagamento imediato, ainda que, *ao final*, as compensações se dessem em termos de dinheiro (metal).

<sup>27</sup> Ver Germer, 1997.

<sup>28</sup> D-M-D': de uma maneira sintética, capital-dinheiro (D) convertendo-se em mercadoria (M) que se converte em capital-dinheiro acrescido de mais-valia (D').

<sup>29</sup> M-D-M: de uma maneira sintética, mercadoria (M, expressão particular de valor) convertendo-se em dinheiro (D, expressão geral de valor ou, se dinheiro de crédito, subentendendo esta expressão) que se converte em mercadoria (M, expressão particular de valor).

Ou seja, em situações normais, o banco central desconta documentos bancários segundo a demanda do mercado, ou melhor, segundo a demanda por crédito, e não segundo sua vontade ou motivado pelo controle do mercado.

Trata-se, na verdade, de uma *redução* “intencional” que persegue todos os proudhonianos cujas “referências a fatos econômicos não só não oferecem provas para suas teorias, senão que oferecem mostras de como a não assimilação destes fatos é o que lhes permite jogar com os mesmos. E seu modo de jogar com os fatos revela a gênese de sua abstração teórica” (Idem, *ibidem*, p. 38). Como se sabe, a perseguição de Marx aos desregramentos científicos dos proudhonianos é uma obsessão que o acompanha desde a primeira leitura<sup>30</sup> de *A filosofia da miséria* até os últimos escritos.

Embora tanto Marx quanto Proudhon tenham haurido da economia política clássica, sobretudo de Ricardo, os caudais de sua erudição econômica inicial, a cisão é muito clara entre ambos, pois Marx não só compreendeu os clássicos como até os criticou trecho a trecho<sup>31</sup> – o maior exemplo deu-se com a teoria do valor de Ricardo, adotada de modo contingente antes da maturidade e, posteriormente, superada nas notas preparatórias de *O capital* –, mas também introduziu *novidades*, que demonstrou até onde pôde. Proudhon, também, adotou a teoria do valor de Ricardo, mas, não se contentando em ser-lhe, pelo menos, fiel, enviou-se dedicadamente essa contribuição até a morte, deixando como herança uma doutrina conciliatória em vez de uma teoria revolucionária<sup>32</sup>.

A sustentação empírica de Darimon parte de um esquema simples: ele tabula, dispondo os dados em duas colunas, séries históricas mensais das cifras de

---

<sup>30</sup> “(...) O livro do sr. Proudhon, *A filosofia da miséria* [escreve Marx em uma carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846] [...] pareceu[-me], no geral, ruim, muito ruim mesmo. (...) O sr. Proudhon não nos oferece uma crítica falsa da economia porque sua filosofia é ridícula, mas sim nos oferece uma teoria filosófica ridícula porque não compreendeu a situação social de nossos dias em sua engrenagem ...” (Karl Marx e Friedrich Engels. *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo, Grijalbo, 1977. p. 13.

<sup>31</sup> Em *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.

<sup>32</sup> “Proudhon parte da idéia de que duas doutrinas disputam o mundo: a economia política (a *rotina*) e o socialismo (a *utopia*). A verdade da disputa se encontra na sua conciliação: a combinação entre a conservação e o movimento, a única solução para formular os fundamentos da ordem social e a ‘lei orgânica da humanidade’ (...). Com a redução da complexidade do ser social posto pelo capitalismo a um somatório de antinomias excludentes (monopólio/imposto, responsabilidade de Deus/responsabilidade do homem, etc., etc.), Proudhon, todavia, não retrocede somente em relação ao nível já alcançado pela economia política em sua versão clássica. Faz mais e pior: o seu fracasso teórico incide sobre o seu próprio percurso político e ideológico – agora [isto é, por volta de 1846, quando dá uma virada considerável de seu pensamento inicial, época do confronto com Marx], já não coloca como alternativa libertadora a supressão do capitalismo pela abolição da propriedade, através da via revolucionária. Ao contrário: a antinomia propriedade/comunidade resolve-se na sua *conciliação*” (José Paulo Netto. “A evolução de Proudhon (1838/1846)”. In: Karl Marx. *Miséria da filosofia*. São Paulo, Global, 1989. p. 17-18).

moeda metálica e das cifras referentes aos descontos de bilhetes (obrigações bancárias conversíveis), compara as duas colunas e conclui que a oscilação da carteira decorre da maior ou menor necessidade do público por metal. Marx detecta duas omissões cruciais na tabulação de Darimon: “para poder chegar a conclusões sobre a circulação, Darimon deveria ter posto junto à coluna da reserva metálica e à dos documentos descontados uma coluna referente à quantidade de bilhetes em circulação” (Idem, *ibidem*, p. 38) e outra referente à quantidade de dinheiro circulante<sup>33</sup>, o que daria conta da totalidade do sistema, uma vez que, em determinado tempo, o volume de dinheiro é igual ao montante de metal encaixado mais o montante circulante, e o volume de dinheiro de crédito é igual ao montante circulante de papéis mais o montante aportado no banco.

Ou seja, em princípio, supondo que não haja saída nem entrada de moeda metálica ou de títulos senão mediante operações de descontos, a reserva diminui em cifras exatamente do valor dos títulos descontados ou do valor do aumento da carteira, mas a “tautologia” é negada pelos números apresentados por Darimon, já que involuntariamente adotou a hipótese falsa de uma circulação nula: segundo os dados apresentados por ele e reproduzidos na obra de Marx, em valor absoluto, ora o encaixe sofre uma diminuição maior que o aumento da carteira, ora a diminuição do encaixe é maior que a diminuição da carteira e assim por diante, conforme, obviamente, haja entrada ou saída de metais ou bilhetes da circulação, às vezes para depósito simplesmente, às vezes para desconto de bilhetes. Se a diminuição dos depósitos em metal é inferior ao aumento da carteira, é que houve depósito de moeda ou alguma parte dos bilhetes emitidos para desconto não se converteu em metal e está circulando ou, sem aumentar a circulação, ingressou imediatamente sob a forma de depósito, ou, ainda, serviu para pagar documentos vencidos. Uma diminuição das reservas metálicas acompanhada de uma diminuição inferior da carteira resulta de uma diminuição dos depósitos em moeda ou ingresso de bilhetes para serem convertidos em moeda (Idem, *ibidem*, p. 41).

A hipótese da circulação nula, implícita ou involuntária, adotada por Darimon somente estaria correta se seu quadro mostrasse que a flutuação da carteira era igual à flutuação da reserva, em valor absoluto. Mas a sua série traz uma diferença justamente motivada pela circulação dos recursos, a qual foi omitida. Em outras palavras: a reserva metálica do banco, primeira coluna da tabulação de Darimon, não tem nada a ver com a segunda coluna, títulos descontados pelo banco ou flutuação da carteira, já que a variação de ambos, para ser apreciada, depende da avaliação da circulação de bilhetes e de metais.

Em resumo: tomando-se o banco como referencial do balanço de cifras,

---

<sup>33</sup> Darimon não leva em conta o “fluxo destinado a substituir a moeda de prata no interior do país”, procedimento que Marx acompanha (Marx, *op. cit.*, 1971. p. 41).

de um lado, há uma reserva em moeda metálica que pode diminuir ou aumentar conforme haja depósito em moeda ou saque da reserva para a conversão de bilhetes em moeda; de outro lado, há uma carteira de títulos que diminui ou aumenta conforme haja desconto de títulos; finalmente, há bilhetes e moedas circulando à margem do banco.

Para Marx, contrariamente à dedução de Darimon e de acordo com a relação entre as variáveis envolvidas (circulação dos metais e bilhetes, volume de metais encaixados e volume de bilhetes descontados), “a satisfação das necessidades comerciais crescentes não pressupõe forçosamente de parte do banco um aumento de sua circulação em bilhetes”; “a diminuição ou o aumento desta circulação não corresponde à diminuição ou ao aumento de sua reserva metálica”, e finalmente, “o banco não controla a massa dos meios de circulação” (Idem, *ibidem*, p. 41-2). Essas três constatações, não observadas por Darimon, decorrem exatamente da insistência em se reduzir sem maiores escrúpulos o dinheiro de crédito ao dinheiro, isto é, em identificar-se as necessidades de crédito com as necessidades da circulação. Porque só se houvesse uniformidade entre os dois conceitos, “a circulação dos bilhetes do banco” poderia ser “determinada pela quantidade de documentos descontados” (Idem, *ibidem*, p. 37) e, aí sim, a autoridade monetária poderia exercer o controle do meio circulante. Mas essa pretensão é antiga, desde os tempos de Hume, e funda-se na teoria quantitativa da moeda, posteriormente aperfeiçoada por Ricardo<sup>34</sup>.

### **Segunda parte da polêmica: como a diminuição do produto físico implica, em última instância, a desvalorização do dinheiro de crédito**

Nesta parte da polêmica, ainda preocupado com a diminuição das reservas metálicas do banco francês, Darimon procura indicar as causas que a determinam, ao passo que, introduzindo no diálogo o intercâmbio com o exterior, Marx vai além das causas, enfocando as limitações do banco com relação à circulação da moeda. A preocupação recorrente de Darimon com o controle de escoamento de divisas mediante a manipulação da carteira do banco (bilhetes descontados) é imediatamente desprezada por Marx. Para começar a argumentação contra essa idéia fixa é preciso logo notar que, “a fim de que o banco envie metais preciosos ao exterior em caso de necessidade, não importa em que condições, é preciso que primeiro os acumule; e para que o exterior os aceite em troca de suas mercadorias, é necessário que seja mantido o seu domínio” (Idem, *Ibidem*, p. 43), domínio, aliás, inerente à natureza do capitalismo, que há sempre de necessitar, ainda que em última instância, de

---

<sup>34</sup> “Os conceitos correntes sobre o sistema monetário internacional baseiam-se, em sua maioria, na teoria quantitativa do dinheiro que, na formulação original de Hume, exclui inteiramente o fenômeno creditício” (Germer, *op. cit.*, 2000, p. 1).

uma mercadoria que exprima, de uma forma geral, valor, determinada quantidade de trabalho social abstrato, uma das contradições menos visíveis do capitalismo<sup>35</sup>. Desse modo, a preocupação de Darimon passa longe do ponto de partida do problema, que é o próprio intercâmbio com o exterior em si mediante a mercadoria predominante, o metal.

O intercâmbio com o exterior pressupõe reserva metálica e a moeda metálica como divisa internacional (meio de pagamento) e não papéis garantidos pelo banco. Portanto, a aquisição de mercadoria no exterior para cobrir déficit de produtos internos e a aplicação de dinheiro (capital) no exterior (transnacionais) é que provocam a evasão de moeda do banco. A máquina de fazer dinheiro de crédito funciona apenas na medida em que seja uma decorrência do aumento dos preços, fruto da diminuição da produção interna, tese fundamental que Marx apontará nesse trecho, exatamente contra todos os proudhonianos, que adotam indiscriminadamente a teoria quantitativa da moeda aperfeiçoada por Ricardo.

Tomando como hipótese os produtos e a força de trabalho franceses como lastro para a emissão de bilhetes para saldar compromissos (como, por exemplo, importação de produtos para cobrir as más safras internas ou compensações pela saída do capital francês investido no exterior – admitindo que são aceitos pelo exterior), Marx mostra como o aumento de preço dos produtos, das matérias-primas e da força de trabalho, devido a uma imobilização da riqueza ou escassez de capital, implica a emissão de dinheiro de crédito para cobrir déficit, gerando desvalorização dos títulos do banco: “suponhamos que o Banco da França não se baseie em um fundo em metal e que o exterior esteja disposto a aceitar o equivalente, ou o capital francês em qualquer forma e não só na específica [imobilizada] dos metais preciosos”. Neste caso, como a garantia dada pelo banco não é sobre os metais preciosos, mas sobre os produtos e a força de trabalho, aqueles limitados e esta extensível, dependendo do período e de certas circunstâncias, a impressora de bilhetes teria de funcionar “por arte da magia”. “Ao mesmo tempo em que as más colheitas de trigo e de seda diminuíssem enormemente a riqueza nacional, diretamente intercambiável, eis que as empresas mineiras e ferroviárias no exterior imobilizam esta riqueza sob uma forma que não cria nenhum equivalente imediato e, por conseguinte, por um momento a engolem sem substituí-la!”, ou seja, na forma de valor imobilizado: força de trabalho e produtos da nação. “Em consequência, teremos uma diminuição absoluta da riqueza nacional que poderia ser diretamente vendida, circulada e ser enviada ao exterior! Por outra parte, as garantias aumentando ilimitadamente. Consequência imediata<sup>36</sup>: elevação dos

<sup>35</sup> Ver Germer, op. cit., 1997. p. 124.

<sup>36</sup> Note-se que o que vai implicar o que é descrito a seguir não é, como se poderia pensar inicialmente, pela forma mediante a qual Marx expõe o problema, a emissão de bilhetes, mas o uso do capital

preços dos produtos, das matérias-primas e do trabalho [força de trabalho]; e por, outro lado, queda dos preços das garantias bancárias. O banco não teria então aumentado a riqueza nacional com um toque mágico, senão apenas desvalorizado seus próprios títulos por meio de uma operação muito usual! Com esta desvalorização produz-se uma súbita paralisia da produção!” (Idem, *ibidem*, p. 44).

Por fim, se o meio de pagamento internacional tem sido até hoje o ouro, não significa que isso seja um privilégio para o metal, mas a expressão do fato de que esse meio somente pode manifestar-se, em última instância – isto é, após todas as compensações entre os diferentes documentos ou papéis-moeda até ser alcançado o lastro em valor – mediante alguma mercadoria que exprima valor de modo geral e que possa ser tanto entesourada quanto lançada na produção para valorizar-se (capital), e não mediante um representante do dinheiro (metal), o dinheiro de crédito. De acordo com a hipótese acima adotada por Marx, esse meio até poderia ser mercadorias (força de trabalho, matéria-prima, meios de produção etc.), mas o fato é que, de uma forma ou de outra, se o produto físico da nação diminui, o que implica sobrevalorização ou aumento do preço dos produtos críticos, fará a gráfica do banco central trabalhar mais e desvalorizar os seus próprios papéis.

### **Terceira parte da polêmica: é possível criar relações de produção novas mediante modificações na circulação? Mediante alterações nas relações de circulação é possível controlar ou graduar as transformações violentas nas outras relações?**

Com base na análise da conexão entre relações de produção, relações sociais ou relações de distribuição e relações de circulação<sup>37</sup>, Marx refuta a pos-

---

(ou melhor, sua imobilização como moeda pela hipótese adotada). Se a implicação aparente fosse adotada, Marx estaria sendo a favor da teoria do dinheiro de Ricardo! A elevação dos preços, sim, é que faria desvalorizar os bilhetes: “a teoria do dinheiro de Ricardo tem sido refutada totalmente em suas falsas premissas segundo as quais o banco controla a quantidade de meio circulante e a quantidade de meio circulante determina os preços [teoria quantitativa da moeda], enquanto que por outro lado são os preços que determinam a quantidade de meios de circulação” (Marx, *op.cit.*, 1971. p. 49).

<sup>37</sup>A respeito desta conexão, escreve Marx: “é possível revolucionar as relações de produção existentes e as relações de distribuição a elas correspondentes mediante uma transformação do instrumento de circulação, ou seja, transformando a organização da circulação? E ainda: é possível empreender uma transformação tal da circulação sem afetar as atuais relações de produção e as relações sociais que repousam sobre elas?” (Idem, *ibidem*, p. 45). Evidencia-se que as relações de produção determinam duas outras relações, provavelmente correlacionadas, a crer-se que a última sentença ou inter-rogação é recíproca da primeira: as relações de distribuição e as relações sociais. Parece que as relações sociais especificam categorias ou elementos do modo de produção, como, no caso do capitalismo, o dinheiro, o capital, a mais-valia, ao passo que as relações de distribuição correspondem aos fluxos desses elementos, como a circulação de dinheiro, o processo de repartição da mais-valia, as fases do capital etc. Note-se, ainda, que a pergunta de Marx suscita uma dúvida: se as relações de

sibilidade de as relações de circulação, condicionadas por dadas relações de produção, engendrarem *novas* relações de produção. Refuta o desejo dos proudhonianos de criar condições produtivas e comerciais totalmente novas a partir de intervenções na circulação. Essa questão, na verdade bem simples, deve ser atacada mediante o exame direto de “se as formas civilizadas do dinheiro – moeda metálica, papel-moeda, moeda de crédito, moeda de trabalho (como forma socialista) – podem conseguir o que se pretende delas sem suprimir a relação mesma de produção expressada na categoria dinheiro e perguntar-se logo se não é por outra parte uma exigência que se nega a si mesma o querer prescindir, mediante a transformação formal de uma relação, das condições essenciais da mesma” (Idem, *ibidem*, p. 46).

Por trás disso, obviamente, há a citada conexão, a qual é esclarecida por Marx mediante dois exemplos. O primeiro, quando as relações de circulação produzem as relações de produção e reciprocamente sem que uma ao implicar a outra não tenha como produzir relações novas, mas aquelas para as quais estão condicionadas: “não é certo possivelmente que a introdução dos bancos atuais revolucionou em seu tempo as condições da produção? Sem a concentração do crédito que produziu, sem a renda pública que criou em contraposição à renda territorial, criando assim as finanças em contraposição à propriedade do solo (...) – sem este novo instituto de circulação haveria sido possível a grande indústria moderna, as sociedades por ações etc., as mil formas de títulos de circulação, *que são ao mesmo tempo os produtos e as condições de produção do comércio moderno e da moderna indústria?* (...) As instituições modernas de crédito [como se vê] foram, ao mesmo tempo, tanto causa quanto efeito da concentração de capital, constituindo somente um momento dela [grifos meus]” (Idem, *ibidem*, p. 45).

Esse exemplo tem importância decisiva na forma pela qual Marx reconhece a constituição do sistema bancário ou de crédito como instância estrutural para o funcionamento do capitalismo e que somente poderia aparecer nele incorporando a circulação simples, isto é, o sistema mercantil, e sendo-lhe

---

produção determinam as outras relações, o fator capaz de alterar ou revolucionar aquelas não altera ou revoluciona, em conseqüência, estas? Para quê, então, indicá-las? Mas, como se verá, Marx comete a proeza de afirmar que o dinheiro é uma relação de produção! São problemas pontuais comuns das obras de Marx, sobretudo daquelas que não foram publicadas voluntariamente pelo autor. Há vários exemplos acerca da conexão interna entre as relações de produção, de distribuição e de circulação, e, dependendo do momento histórico, uma ou outra pode ser efeito ou causa de cada uma delas. Isso equivale a uma reciprocidade entre as relações, isto é, uma pode ser o produto da outra e vice-versa. Marx indica que, obviamente, se a transformação da circulação implica a transformação nas relações de produção, então está refutada a tese segundo a qual é possível impedir o caráter violento das transformações nas relações de produção mediante transformações graduais na circulação.

superior, porque inserido na circulação do capital. Somente mediante o intrincado movimento existente entre produção, consumo e crédito, ou seja, o ciclo do capital, dinheiro em processo, desenvolvido entre vendedor e comprador de força de trabalho, vendedor e comprador de produtos e devedor e credor, o sistema pode atingir a sua verdadeira natureza, que não mais poderia repousar no âmbito exclusivo da circulação do dinheiro (metais).

O segundo exemplo cuida de uma época pré-capitalista, mostrando a conexão causa/efeito das relações econômicas da função desempenhada por cada uma delas em cada momento histórico: “a concentração do patrimônio é acelerada tanto por uma circulação defeituosa (como na Roma antiga) como por uma circulação facilitada” (Idem, *ibidem*, p. 45-6). No primeiro caso, que retrata o modo de produção antigo, fundado na terra como meio de produção essencial e na escravidão, a dificuldade da circulação exacerba a perenidade da posse da terra e, já na entrada do feudalismo, culmina com o fechamento da economia e com o isolamento da circulação monetária nas cidades burguesas, como as italianas, onde só as vias marítimas permitiam o afluxo e o refluxo predominantes de metais que iriam marcar a época da concentração mercantil, e que é o segundo caso abordado por Marx ao falar da circulação facilitada.

Como um *flash* da antológica passagem do *Prefácio*, segundo a qual novas relações não podem surgir sem que as condições dessa novidade surjam no interior da sociedade antiga<sup>38</sup>, assinala Marx: “as distintas formas do dinheiro podem também corresponder melhor à produção social nos diferentes níveis; uma pode eliminar inconvenientes para os quais a outra não está madura; mas enquanto elas seguem sendo forma do dinheiro e enquanto o dinheiro permanece como uma *relação de produção* [grifos meus] essencial, nenhuma pode suprimir as contradições inerentes à relação do dinheiro (...). Ainda que alguma forma de trabalho assalariado possa eliminar os inconvenientes de outra, nenhuma pode eliminar os inconvenientes do trabalho assalariado mesmo [como tal]” (Idem, *ibidem*, p. 46).

Isso pode ser interpretado como o fato notável dos modos de produção segundo o qual certas relações sociais, o dinheiro, por exemplo, podem até ser comuns a mais de um deles, mas em cada um deles exercerão funções *peculiares*, sem precedentes. A continuidade interrompe-se justamente à medida que a forma social da força de trabalho é alterada: no escravismo, em que o escravo é uma propriedade móvel, podendo ser trocado como mercadoria, o dinheiro não poderia ter as mesmas funções que veio a ter no capitalismo, no qual a força de trabalho é livre, assalariada. As relações sociais até podem assumir

---

<sup>38</sup> Ver Marx, 1983. p. 25.

níveis mais adequados às suas funções, mas a função essencial mesma, de última instância, não pode ser abolida de nenhum nível: o dinheiro de crédito, por exemplo, que é um nível mais adequado do próprio dinheiro, ao percorrer o seu ciclo não deixa de ser, finalmente, dinheiro (metal), após todas as compensações. As relações sociais, pois, no que se refere à sua abolição, são condicionadas por novidades, de certa forma, estranhas à essência de um dado modo de produção, embora nada impeça que o próprio modo de produção, ao chegar nos limites últimos de suas possibilidades, contribua para a sua própria ruína, como no clássico exemplo do modo de produção feudal<sup>39</sup>. Esse problema, portanto, como afirma Marx, pode ser apenas colocado em discussão, mas só isso, o que os proudhonianos nem mesmo conseguem fazer (Idem, *ibidem*, p. 46).

#### **Quarta parte da polêmica: o banco central não é capaz de controlar o meio circulante**

Essa parte da polêmica cuida de matéria semelhante à da primeira parte, qual seja, a confusão completa que Darimon faz entre o sistema de crédito e a circulação do dinheiro, mas a novidade aqui reside na convicção de Darimon segundo a qual o banco francês, mediante monopólio de descontos, é capaz de regular o crédito, isto é, como a situação é de monopólio, o poder de facilitar ou dificultar o crédito estaria sob controle da carteira. No entanto, contrapõe Marx: “na realidade, o poder do banco começa somente ali onde termina o dos descontadores privados, em um momento pois em que seu próprio poder [do banco central] é consideravelmente limitado”. Para exemplificar a dedução oposta à de Darimon, segundo a qual são os bancos privados que demandam a massa de descontos (isto é, a carteira expressa a necessidade de crédito), Marx cita o Banco da Inglaterra que, tentando impor uma participação mais efetiva nas “operações de desconto”, mesmo durante um período de calmaria do mercado, “viu-se obrigado a reduzir constantemente sua taxa de desconto” ao sabor dos “banqueiros privados”. “(...) Sua ‘regulação do crédito’ [do banco central] deve ser tomada, portanto, com as devidas reservas, já que Darimon faz de sua fé pessoal supersticiosa no controle absoluto do mercado e do crédito por parte do banco um ponto de partida” (Idem, *ibidem*, p. 48).

Nesse trecho, também, Marx mostra a adesão desconexa de Darimon à teoria do dinheiro de Ricardo, que não tem muito a ver com o assunto. Em lugar de analisar verdadeiramente o poder dos bancos sobre a circulação monetária, propõe que todas as mercadorias se equiparem a um suposto privilégio

---

<sup>39</sup> Cf. a antológica obra: Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. p. 46.

gio conferido às moedas metálicas; que, pois, o escambo seja reinstituído de maneira generalizada e, ainda, que a evasão de moeda seja evitada, quando, na verdade, como indica Marx pela boca de Chevalier, a reserva metálica é justamente feita para ser enviada para o exterior, sobretudo quando a produção interna de mercadorias cai. Marx mostra, ainda, que a desvalorização dos bilhetes, como entende Darimon, forçando uma interpretação das teses de Ricardo sobre o dinheiro, não tem nada a ver com a conversibilidade, até porque, por exemplo, durante a crise comercial inglesa de 1809 e 1811 “o banco emitiu então bilhetes não conversíveis, de modo tal que as crises não derivaram de nenhum modo da conversibilidade de bilhetes em ouro (metal) e não poderiam, portanto, ser freadas nem sequer ab-rogando tal conversibilidade” (Idem, *ibidem*, p. 49).

Para concluir o assunto, Marx aproveita a introdução despropositada que Darimon faz acerca de um panfleto de Ricardo sobre o suposto poder do banco central de controlar o meio circulante; a crise, como se viu na segunda parte da polêmica, é derivada da escassez de capital que não se valoriza como antes, deprimindo o produto físico da nação (recessão), o que faz aumentar os preços, que por sua vez impõem desvalorização dos papéis. Ou seja, o aumento de preços expande o meio circulante, e como esse aumento é totalmente independente do monitoramento do banco central sobre a economia, naturalmente esse poder do banco é falso, sendo, pois, os preços os responsáveis pela expansão ou contração do meio circulante e não o contrário (Idem, *ibidem*, p. 49-50).

O ponto, aqui, até onde se deve chegar é que, normalmente, o volume de papéis em circulação independe do controle do banco, dependendo, sim, da demanda de crédito, ou necessidade de crédito, tal como foi descrito na primeira parte da polêmica. Os papéis emitidos não desempenham sempre a função de meio de circulação, como pressupunha Ricardo, mas também a de meio de pagamento e podem, até, ser entesourados. Assim, como indica Marx brevemente ao comentar a ação do Banco da Inglaterra no mercado (Idem, *ibidem*, p. 48), o próprio banco emissor atua de acordo com um cálculo econômico, ou seja, ao descontar os papéis ele segue os sinais do mercado expressos na necessidade (demanda) de crédito.

Assim, nos limites da normalidade, não há excesso de dinheiro de crédito, pois o seu volume é determinado pela própria circulação, de maneira que qualquer excesso extraordinário é convertido em tesouro, sendo, pois, retirado da circulação. Mas em momento nenhum o ouro deixa de ser dinheiro, sendo apenas substituído, na circulação, por notas de crédito, o que equivale a admitir que o dinheiro (isto é, ouro) funciona, *ao fim e ao cabo*, quase que como meio de pagamento após todas as compensações.

### **Quinta parte da polêmica: o ouro e a prata seriam mercadorias privilegiadas e não como as outras. Esse privilégio, segundo Darimon, degradaria o preço das outras mercadorias**

Segundo Marx, para Darimon o ouro e a prata são mercadorias privilegiadas<sup>40</sup> em relação às outras e esse privilégio causaria a depreciação das mercadorias em relação aos metais, razão das crises; para resolver esse problema, duas soluções equivalentes são propostas por Darimon: a abolição do privilégio dos metais, isto é, redução do ouro e da prata ao nível das demais mercadorias ou elevação de todas as mercadorias à condição de monopólio possuída pelos metais. Marx enfatiza contra Darimon que o dinheiro é uma mercadoria, sim, mas com “propriedades específicas”, quais sejam “instrumento de troca específica”, “equivalente particular para todos os valores” e, sobretudo, a propriedade contraditória de ser “equivalente particular e não obstante universal” – ou seja, como equivalente particular ele pode ser trocado por qualquer mercadoria e consumido; no entanto, traz em seu bojo o equivalente geral em termos de trabalho social abstrato: no primeiro caso, manifesta-se o valor de uso; no segundo, o valor de troca, contradição inerente à relação social do dinheiro no capitalismo – e que qualquer que seja a forma do meio de troca trará em seu âmago os mesmos “inconvenientes” dos metais, pois esses “inconvenientes”, cada um de acordo com a forma, derivam da função do dinheiro ou do seu conteúdo (a categoria econômica) e não da forma adotada pelos homens.

Ao ter como projeto elevar todas as mercadorias à mesma função desempenhada pelos metais, Darimon está tão-somente clamando: “deixai que o papa subsista, mas fazei de cada um papa”, de modo que não compreende que é justamente o fato de o dinheiro (metal) possuir, no desempenho de sua função, as propriedades acima assinaladas que faz dele o que ele é, não se configurando, no caso, nenhum privilégio. Finalmente, o projeto de reduzir o dinheiro (metal) ao nível das outras mercadorias equivale a abolir o dinheiro “sem”, no entanto, “aboli-lo” (Idem, *ibidem*, p. 50).

### **Sexta parte da polêmica: teses sobre a evasão de metais preciosos**

Darimon chama a atenção para uma contradição existente nas evasões de metais preciosos: embora – segundo o seu entendimento – o ouro e a prata não sejam mercadorias como as demais, ou seja, em princípio passariam incólumes pelas depreciações, a economia permanece sofrendo crises depreciativas ou prejuízos da política mercantil. Para mostrar os equívocos de Darimon, Marx demonstra quatro teses:

Tese 1: *a evasão de metal é uma evasão de capital na forma de metal.*

---

<sup>40</sup> Na verdade, essa é uma visão de Proudhon adotada por Darimon. Ver Marx, *op. cit.*, 1971. p. 53.

Marx sustenta, para explicar a evasão de recursos precisamente na forma de metal e não em outra forma, complementando os economistas ingleses, que a demanda por ouro e prata durante as crises monetárias na verdade é uma demanda por capital, mas “capital sob a forma determinada do ouro e da prata”. Se assim não fosse, não haveria razão para a saída de metais preciosos em detrimento da saída de outras mercadorias, que terminam, com isso, depreciando-se (Idem, *ibidem*, p. 50-1).

Tese 2: *as crises de um déficit na produção interna não são causadas pela evasão de metais preciosos*. Marx dá quatro tipos de fatores não-exaustivos que podem causar evasão de metais preciosos: a) má safra interna de produtos primários; b) má safra no exterior que implica aumento do alimento de consumo primário; c) guerra, que, obviamente, equivale a jogar o capital imobilizado fora; d) má safra de matérias-primas. A nação pode ficar duplamente arruinada devido a uma má safra interna: primeiro, “uma parte do seu capital ou de seu trabalho invertido não se reproduz”, levando a uma queda da produção. Além disso, “uma parte do capital reproduzido deve ser destinado [sic] a cobrir estas carências e trata-se de uma parte que não está simplesmente em proporção aritmética com o déficit, já que o produto deficitário, devido à diminuição da oferta e ao aumento da demanda, aumenta e deve aumentar de preço no mercado mundial” (Idem, *ibidem*, p. 51).

Seguindo o raciocínio [passo um] sobre o fator *a*, relativamente a uma má colheita de trigo, Marx tira conclusões importantes acerca de preço e valor: a elevação interna do preço do trigo devido à diminuição da colheita deixa tudo como estava no que se refere ao valor (Idem, *ibidem*, p. 51), já que o preço inflado não implica geração de valor. A força de trabalho empregada na produção durante certo tempo terá diminuído, reduzindo, pois, o produto global. Assim, embora nominalmente o preço agregado não sofra nenhuma alteração, a nação terá diminuído seu capital, desprezadas as depreciações dos meios de produção, exatamente do montante de força de trabalho desempregada<sup>41</sup> (Idem, *ibidem*, p. 52).

---

<sup>41</sup> “Suponhamos que a Inglaterra produza somente uma arroba [de trigo], e esta uma arroba alcance o mesmo preço que tinham anteriormente 30 milhões de arrobas de trigo. Em tal caso,(...), se partirmos de que a jornada de trabalho necessária para produzir uma arroba é igual a *a*, a nação trocará  $ax30$  milhões de jornadas de trabalho (custo de produção) por 1xa jornadas de trabalho (produto). A capacidade produtiva de seu capital se veria diminuída milhões de vezes, e diminuiria a soma dos valores existentes no país, desde o momento em que cada uma das jornadas de trabalho seria depreciada em 30 milhões de vezes. Cada parte do capital representaria agora  $1/30.000.000$  de seu valor precedente, de seu equivalente em custos de produção, ainda que no caso presente o valor nominal [preço total da produção, isto é, preço vezes a quantidade produzida] do capital não teria diminuído em nada (desprezando a depreciação da terra) já que o valor [sic] inferior dos outros produtos estaria compensado exatamente pelo valor maior [sic] de uma arroba de trigo. A elevação do preço do trigo igual a  $ax30$  milhões de vezes seria a expressão de uma depreciação igual em todos os demais produtos. (Marx, *op. cit.*, 1971. p. 52).

Por outra parte [passo dois], essa distinção entre interior e exterior é de todo ilusória. A relação entre a nação que sofre o déficit de trigo e a nação estrangeira que o adquire é idêntica à relação entre cada indivíduo da nação e o agricultor ou o comerciante de grão. A soma que deve pagar na aquisição de trigo representa uma diminuição direta de seu capital, dos meios de que dispõe”.

Além disso [passo três], “o aumento do preço do trigo é igual à queda do preço de todas as outras mercadorias”, ou seja, na verdade, há uma compensação: se o preço do trigo sobe, esse aumento dá-se em relação às outras mercadorias, as quais, em relação ao trigo, caem de preço; o aumento do custo de produção para a produção da arroba de trigo está relacionado com a queda da produtividade do capital nas outras formas. E os preços dos outros produtos caem porque o recurso gasto para a aquisição de trigo requer que se adquira menos desses outros produtos. Vê-se, então, que a crise repercute em toda a produção, não só de trigo, ocorrendo uma crise geral (Idem, *ibidem*, p. 52). Conseqüentemente [implicação dos passos um, dois e três], “*com ou sem moeda metálica ou de qualquer outra espécie* [isto é, independentemente da evasão de metal], a nação se encontraria em uma crise que se estenderia não só ao trigo, senão a todos os outros ramos da produção, já que não só positivamente sua produtividade diminuiria e o preço de sua produção seria depreciado com respeito ao valor determinado pelos custos de produção normais, senão também todos os contratos, todas as obrigações etc., que repousam sobre os preços médios dos produtos (...). À margem não só do dinheiro, senão também do mesmo valor de troca dos produtos, estes se haveriam depreciado e a produtividade da nação haveria diminuído, *dado que todas as suas relações econômicas se apóiam sobre uma produtividade média de seu trabalho* [grifos meus]. (...) A crise causada por um déficit de trigo não é produzida, portanto, por uma evasão de lingotes, ainda que possa ser agravada pelos obstáculos que são interpostos a esta evasão” (Idem, *ibidem*, p. 53) ou ainda, “a exportação de ouro não é a causa da crise do trigo, senão que, pelo contrário, a crise do trigo é a causa da exportação de ouro” (Idem, *ibidem*, p. 54).

Tese 3: *nenhum privilégio protege o dinheiro (metais preciosos) em relação às outras mercadorias*. Se o preço do trigo se eleva, obviamente ter-se-á de dar mais metal precioso em troca da mesma quantidade de trigo, o que equivale a dizer que o preço do ouro e da prata terá se depreciado em relação ao preço do trigo. Mediante essa constatação, Marx contraria a tese de Darimon, tomada de Proudhon, segundo a qual o ouro e a prata seriam mercadorias privilegiadas: “ouro e prata (...) participam igualmente com todas as outras mercadorias da depreciação, dado que nenhum privilégio os protege” (Idem, *ibidem*, p. 53).

Tese 4: *os metais preciosos, embora não causem as crises gerais na produção, podem agravar os seus sintomas em dois, e só em dois, casos*. Esses casos estão relacionados unicamente com a capacidade de intercâmbio da pró-

pria moeda: em primeiro lugar, os bancos podem ter dificuldade de liberar metal necessário à exportação e, em segundo lugar, mesmo com a resolução desse problema, a exportação de metal pode ter de repartir-se tanto para a aquisição dos produtos em déficit quanto de outros produtos e de capital, que somente é aceito pelas outras nações na forma de ouro ou prata. Evidentemente, isso influencia um problema já existente bem antes (Idem, *ibidem*, p. 54).

### **Sétima parte da polêmica: o dinheiro de crédito não possui valor intrínseco**

Para Marx, a realidade da paridade afirmada pelo banco central entre os bilhetes emitidos e determinada quantidade de dinheiro (metais) expressa na face do papel depende essencialmente de fatores estranhos ao controle do banco central: “os bilhetes do banco da Inglaterra diziam oficialmente, (...) durante o período de 1799 a 1819, representar o valor de uma determinada quantidade de ouro. (...) A partir do momento em que por um bilhete de cinco libras não era possível obter um valor em ouro igual a cinco soberanos [determinada parcela de uma libra de ouro] o bilhete estava depreciado apesar de sua inconvertibilidade” (Idem, *ibidem*, p. 55). Quer dizer, por trás do dinheiro de crédito, independentemente das medidas tomadas pelo banco central ou das normas que tentem assegurar as garantias sobre as emissões, em última instância a referência é sempre o dinheiro, a moeda física em cujo seio repousa a equivalência geral do valor: “a convertibilidade em ouro e prata é, por conseguinte, a medida prática do valor de qualquer papel-moeda que recebe seu título de ouro ou de prata, seja ou não legalmente conversível” (Idem, *ibidem*, p. 55).

Desta maneira, percebe-se que o dinheiro de crédito, em termos monetários, é amplamente determinado pela quantidade de dinheiro (metal) que circula, em cifras<sup>42</sup>: por exemplo, se a nação usa o curso forçado do papel-moeda (inconvertível) e emite uma quantidade cujo valor supere a quantidade em valores de metal necessária à circulação, a conversão do papel-moeda em ouro obrigará a uma desvalorização do papel-moeda em relação àquele valor fixado pelo banco central na face do papel-moeda, já que a moeda metálica (produto físico) é escassa em relação ao dinheiro de crédito circulante.

Com a resolução desse tema, termina a polêmica de Marx *versus* Darimon.

### **Refutação da teoria do vale-trabalho de Proudhon**

Antes de Proudhon, outros intelectuais propunham expressar o dinheiro

---

<sup>42</sup> Obviamente, o encaixe ou tesouro em dinheiro (metal) no Banco Central é um dos pontos da circulação, fazendo parte do sistema.

(moeda metálica) diretamente em termos de tempo de trabalho; a proposta de Proudhon vai mais além: para evitar os “inconvenientes”, isto é, a depreciação do “tempo de trabalho objetivado nos produtos”, melhor seria expressar o papel-moeda (dinheiro de crédito) em termos de tempo de trabalho. Como já se viu acima, o papel-moeda, em última instância, depende daquilo que representa, isto é, do dinheiro (metal). Assim, para descrever a refutação de Marx sobre essa proposta de Proudhon, basta responder a seguinte pergunta: é possível expressar o dinheiro diretamente em tempo de trabalho?

Não. A ênfase é claramente explicável se nos fixarmos em um trecho escrito por Marx: “suponhamos” que um soberano (moeda inglesa), isto é, determinada parte de uma onça de ouro, “represente, digamos, *x horas de tempo de trabalho*”. Evidentemente, esse soberano “não é senão *x horas de tempo de trabalho materializado, objetivado*”, ou seja, trabalho morto. Como trabalho morto poderia ser trocado por determinado tempo de trabalho *em processo*? De uma maneira oposta, mas equivalente: como exprimir o dinheiro em termos de tempo de trabalho, se o trabalho vivo não pode se materializar por intermédio de uma coisa, exceto quando termina, obviamente na forma do respectivo produto?

Essa é a primeira dificuldade: em tese, para que a solução realmente funcionasse, uma vez que determinada quantidade de tempo de trabalho incorporou-se ao dinheiro-trabalho, ele deveria “ser conversível em *x horas de tempo de trabalho*” e comprar essas horas a qualquer tempo, mas não é o que acontece, porque o que ele expressa não é uma quantidade de trabalho em particular, em processo aqui ou ali, mas “uma determinada quantidade de tempo de trabalho em geral” e sua conversibilidade não sobrevive à primeira valorização ou depreciação. Ou seja, “o que determina o valor não é o tempo de trabalho incorporado nos produtos, senão o tempo de trabalho *atualmente* [em processo de realização ou de transformação; grifo meu] necessário”, de modo que *x horas de trabalho incorporadas, mortas, não necessariamente equivalem a outras em particular, em processo* (Idem, *ibidem*, p. 59).

Outra dificuldade está relacionada com a saída da moeda de crédito do mundo ideal para o mundo físico, moeda que, segundo Proudhon, solucionaria o inevitável destino de todas as moedas, que seria a depreciação, trazendo em seu bojo, tal como afirmara Darimon em relação ao ouro, um *privilégio adicional*, isto é, o de conservar a expressão monetária do tempo de trabalho objetivado, *em virtude de ser incólume às depreciações*. Ora, Proudhon analisou, como de costume, apenas um lado da questão, isto é, as relações de *troca* (moeda e horas trabalhadas), esquecendo-se de levar em conta as relações de produção sintetizadas em uma variável fundamental, que é a produtividade do trabalho, a qual, de fato, determina a constância da conversibilidade da moeda inventada, constância esta que qualquer análise empírica derrubaria, pois a

produtividade da hora de trabalho varia, conforme explica Marx<sup>43</sup>, impossibilitando a pretensão de Proudhon de sustentar-se na realidade. Como se vê, mais uma vez, tudo desemboca no dinheiro como a raiz a partir da qual tanto nascem os equívocos, quanto até a qual reduzem-se as análises da circulação das mercadorias (dinheiro, força de trabalho e produtos).

A crítica a Proudhon descrita aqui combinada com a polêmica com Darimon servem como importante passo para insistir no fato de que o dinheiro (moeda) é, e não deixará de ser, categoria inseparável do modo de produção capitalista. Tal mercadoria visível não pode ser eliminada da análise econômica que vise o entendimento integrado desse modo de produção.

Esse não é o final da crítica de Marx à proposta de Proudhon. Apenas uma parte da resposta foi dada, mas suficiente para aniquilar a pretensão dos proudhonianos, já que, para iniciar o seu monólogo sobre valor e preço, Marx analisa os pormenores que unem “a teoria da circulação de Proudhon com sua teoria geral, a teoria da determinação do valor” (Idem, ibidem, p. 61). Para entender, portanto, de maneira integral, porque não é exequível exprimir dinheiro como tempo de trabalho é preciso entender o conceito de valor e seus derivados. Assim, o passo seguinte já penetra demais no próprio ponto de vista particular do autor, onde começam as sínteses sistemáticas da teoria do dinheiro, que já são objeto de um trabalho posterior a ser publicado, que tratará analiticamente da teoria do dinheiro de Marx e mostrará a sua perfeita adequação ao chamado *capitalismo contemporâneo*.

## Conclusões

Os sete grandes temas envolvidos com a polêmica entre Marx e Darimon e a crítica à teoria do dinheiro-trabalho de Proudhon iluminam três pontos fundamentais da teoria de Marx acerca do dinheiro.

O primeiro ponto refere-se ao conceito do dinheiro *stricto sensu* e suas funções na economia capitalista. O sentido, aqui, é evidenciar que esta relação

---

<sup>43</sup> “Consideremos a libra de ouro mesma e suponhamos que equivalha ao produto de 20 horas de tempo de trabalho. Suponhamos agora que por qualquer circunstância se necessitem 10 horas para produzir uma libra de ouro [a produtividade dobrou]. A libra de ouro, cujo título afirma que é igual a 20 horas de tempo de trabalho, seria agora somente igual a 10 horas de tempo de trabalho, enquanto que 20 horas de tempo de trabalho seriam iguais a 2 libras de ouro. Se de fato 10 horas de trabalho se trocam por uma libra de ouro, 1 libra de ouro não pode já trocar-se por 20 horas de trabalho. A moeda de ouro com o título plebeu de *x horas de trabalho* estaria exposta a mais oscilações que qualquer outro tipo de moeda e especialmente mais que a moeda de ouro atual, dado que se o ouro não pode aumentar ou diminuir em relação ao ouro (é idêntico a si mesmo), o tempo de trabalho passado contido em uma determinada quantidade de ouro deve ou bem aumentar ou bem diminuir com respeito ao tempo de trabalho vivo, presente. Para manter sua conversibilidade seria preciso conservar estacionária a produtividade da hora de trabalho” (Marx, op. cit., 1971. p. 59).

social manifesta-se materialmente e tem valor intrínseco, ou seja, é uma mercadoria, e de acentuar a subordinação do sistema de moeda (da circulação simples), ao qual originalmente pertence, ao sistema de crédito (da circulação do capital), que absorve tanto o dinheiro propriamente dito, isto é, metais, quanto o dinheiro de crédito, isto é, bilhetes ou notas bancárias, sistema esse que tanto condicionou quanto foi fruto das modernas relações de produção (indústria e comércio modernos), sem que um jamais se confundisse com o outro.

O segundo ponto reporta-se à relação entre preços e meio circulante, que faz Marx atacar, por tabela, a teoria do dinheiro de Ricardo, pois se para este o banco central teria poder de controle dos preços mediante manipulação da carteira, para Marx a relação é justamente a oposta, já que são os preços que controlam a expansão ou contração do meio circulante e a oscilação da carteira do banco central funciona como uma mera expressão da demanda de crédito dos capitalistas.

O terceiro e último ponto, que engloba a proposta de Proudhon acerca da tentativa de expressar dinheiro em horas de trabalho, compete à evidência de separar dois elementos dentro de um só conceito, o de trabalho vivo ou atual, em processo ou transformação, que não pode ser expresso em uma forma materialmente existente, e o trabalho objetivado, morto, que se incorpora na mercadoria, este, sim, expressivo como valor em termos de dinheiro, de forma observável, mas padronizando o valor particular de cada produto oriundo do trabalho social.

SANTOS, Roberval dos. Marx, Proudhon e Darimon: diálogos sobre o dinheiro. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 45-68.

***Palavras-chave:*** Marx; Proudhon; Darimon; Dinheiro.